

ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE: É PRECISO REVER?

*** Roberto Rodrigues**

O governo federal tem um certo compromisso com os assim chamados movimentos sociais, no sentido de modificar os índices de produtividade agrícola.

É preciso entender bem este tema. Os índices de produtividade foram criados nos anos 60, e tinham por objetivo forçar os produtores rurais a investir em tecnologia, para produzir mais por área. Com isto, a idéia era acabar a especulação com a terra, bem como levar ao cumprimento da função social da propriedade rural, que era a de gerar empregos e renda para o país de forma sustentada.

E, por trás destes objetivos, havia um outro: as terras que não atingissem o índice mínimo de produtividade, independente do cultivo ou da região onde estivessem, ficariam sujeitos a desapropriação para fins de reforma agrária. Embora discutível, havia um sentido nisto tudo: o setor rural não era homogêneo, e havia segmentos extremamente atrasados e incapazes de competir: estimular a produtividade poderia ser um mecanismo interessante para mudar esta realidade. Por outro lado, a inflação alta também inibia a eficiência, porque os custos de produção eram “comidos” por ela, de modo que não havia exposição dos produtores incapazes.

Mas isto tudo acabou. Os sucessivos planos de estabilização da economia produziram resultados brutais na agricultura: correções de preços, de dívidas rurais com índices diferentes no Plano Collor e o descasamento do Plano Real acabaram levando a uma tríplice colisão na primeira metade dos anos 90: estabilização interna da moeda, abertura comercial indiscriminada e falência das políticas públicas para o setor. Isto gerou duas ondas simultâneas no campo: uma de conclusão e outra de competitividade. Aqueles produtores – especialmente os pequenos – que por diversas razões não conseguiram avançar, foram excluídos da atividade. E os remanescentes tiveram que investir em tecnologia e em gestão para sobreviver.

Com isto, o agronegócio brasileiro hoje é extremamente eficiente e competitivo, a produtividade aumentou espetacularmente e os índices ficaram desatualizados. Mas, então, porque corrigi-los agora? Porque aumentá-los? Só para ampliar o número de hectares para reforma agrária? Porque só no campo se exige uma produtividade mínima?

Indústria tem índice de produtividade? Loja tem? Restaurante, bares, cinemas, farmácias, fábrica de autopeças, de roupas, de alimentos, têm? Bancos têm?

Não, claro que não! Porque se não são eficientes e competitivos, não agüentam a concorrência e quebram.

Ora, isso também acontece no moderno agronegócio brasileiro. Acabou o tempo em que comprar terra era bom investimento. Hoje, o produtor rural que não for competitivo, também quebra. Também é excluído. Com a inflação dominada,

não tem mais ineficiência escondida. Agora está tudo às claras: ou é bom ou cai fora.

Por estas razões, não há sentido mais em estabelecer índices de produtividade para desapropriar terras para Reforma Agrária: o mercado desapropria, por si só. E, além disso, seria uma injustiça: afinal, os agricultores investiram em tecnologia, e com isso a produtividade cresceu. Aumentar os índices seria um castigo para quem investiu e melhorou as coisas para o país.

Não se discute se a Reforma Agrária é necessária ou não. Mas forçar a barra para arranjar mais terra para isto não parece lógico. Afinal, qual a garantia de que os novos proprietários serão mais produtivos?

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal**